



Supremo Tribunal Federal

---

Notas sobre o Supremo Tribunal  
(Império e República)

---

Ministro Celso de Mello

Brasília  
2014



Supremo Tribunal Federal

---

Notas sobre o Supremo Tribunal  
(Império e República)  
*4ª edição*

---

Ministro Celso de Mello

Brasília  
2014



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro Enrique **RICARDO LEWANDOWSKI** (16-3-2006), Presidente

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** Antunes Rocha (21-6-2006), Vice-Presidente

Ministro José **CELSO DE MELLO** Filho (17-8-1989), Decano

Ministro **MARCO AURÉLIO** Mendes de Farias Mello (13-6-1990)

Ministro **GILMAR** Ferreira **MENDES** (20-6-2002)

Ministro José Antonio **DIAS TOFFOLI** (23-10-2009)

Ministro **LUIZ FUX** (3-3-2011)

Ministra **ROSA** Maria **WEBER** Candiota da Rosa (19-12-2011)

Ministro **TEORI** Albino **ZAVASCKI** (29-11-2012)

Ministro Luís **ROBERTO BARROSO** (26-6-2013)

Disponível também em: <<http://www.stf.jus.br/portal>>

**Secretaria-Geral da Presidência**

Manoel Carlos de Almeida Neto

**Secretaria de Documentação**

Dennys Albuquerque Rodrigues

**Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência**

Juliana Viana Cardoso

**Capa**

Jorge Luiz Villar Peres e Camila Penha Soares

**Projeto gráfico e diagramação**

Eduardo Franco Dias

**Revisão**

Amélia Lopes Dias de Araújo

Lilian de Lima Falcão Braga

Rochelle Quito

Viviane Monici

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal)

---

Mello Filho, José Celso de, 1945-.

Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República) /  
Ministro Celso de Mello. 4. ed. – Brasília : Supremo Tribunal  
Federal, 2014.

36 p.

1. Tribunal supremo, história, Brasil. 2. Ministro de  
tribunal supremo, Brasil. I. Brasil. Supremo Tribunal  
Federal (STF).

CDD-341.419109

---

Seção de Distribuição de Edições

Maria Cristina Hilário da Silva

Supremo Tribunal Federal, Anexo II-A, Cobertura, Sala C-624

Praça dos Três Poderes – 70175-900 – Brasília-DF

livraria.cdju@stf.jus.br

Fone: (61) 3217-4780

## SUMÁRIO

As várias denominações históricas dos órgãos de cúpula da Justiça no Brasil .....	9
Composição numérica dos Tribunais de cúpula da Justiça brasileira (1808-2011) ..	10
Início de funcionamento do Supremo Tribunal Federal (República) e do Supremo Tribunal de Justiça (Império) .....	10
Capitais brasileiras que foram sedes constitucionais do Supremo Tribunal (Império/República).....	11
Ministros que exerceram a Presidência do Supremo Tribunal (Império/República).....	12
O mais jovem Ministro a assumir a Presidência do Supremo Tribunal, em toda a história da Suprema Corte (Império e República) .....	13
Presidentes do Supremo Tribunal Federal que não foram eleitos por seus pares para o exercício da Presidência da Corte .....	14
A mais longa Presidência do Supremo Tribunal Federal .....	14
A mais breve Presidência do Supremo Tribunal Federal .....	15
Ministro que, por mais vezes, exerceu a Presidência do STF .....	15
Relação dos Presidentes da República (ou de quem exercia as funções presidenciais) que nomearam Ministros para o Supremo Tribunal Federal .....	15
Presidentes da República que mais nomearam Ministros para o Supremo Tribunal Federal .....	16
O único Presidente da República que não nomeou qualquer Ministro para o Supremo Tribunal Federal .....	16
Uma decisão do Supremo Tribunal Federal que quase provocou a renúncia de um Presidente da República .....	17

Ministros do Supremo Tribunal Federal que foram nomeados sem a prévia aprovação do Senado Federal .....	18
Indicações presidenciais, para o Supremo Tribunal Federal, rejeitadas pelo Senado da República .....	19
Os mais jovens Ministros que foram nomeados para o Supremo Tribunal .....	19
Ministros que, por mais de 25 anos, permaneceram no Supremo Tribunal .....	20
Ministros do STF que permaneceram, no cargo, com idade mais avançada .....	20
Ministros que, por menos tempo, permaneceram no Supremo Tribunal Federal (República) .....	22
A primeira mulher a investir-se como Ministra do Supremo Tribunal Federal .....	22
A segunda Ministra do Supremo Tribunal Federal .....	23
A terceira Ministra do Supremo Tribunal Federal .....	23
Ministro do Supremo Tribunal Federal que foi eleito Presidente da República .....	24
Ministros do Supremo Tribunal Federal que exerceram a Presidência da República, na condição de substitutos constitucionais .....	24
Ministros do Supremo Tribunal Federal que presidiram a atos inaugurais de Assembleias Constituintes .....	24
Ministro do Supremo Tribunal Federal que, antes de sua investidura na Suprema Corte, exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro), durante o regime parlamentar de Governo (1961-1963) .....	25
O primeiro Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal .....	26
Ministro do Supremo Tribunal Federal que jamais ficou vencido nos casos de que foi Relator .....	26

Primeira sessão plenária do Supremo Tribunal Federal a ser transmitida, ao vivo, pela televisão .....	26
Primeira sessão plenária do Supremo Tribunal Federal transmitida pela TV Justiça .....	26
Ministros do Supremo Tribunal Federal eleitos para a Academia Brasileira de Letras (em ordem alfabética) .....	27
Ministros do Supremo Tribunal Federal eleitos para a Corte Internacional de Justiça (Haia) .....	27
Os únicos Ministros que, na história do Supremo Tribunal (Império e República), não se graduaram, no Brasil, por escola pública de Direito .....	27
Único Ministro do Supremo Tribunal Federal graduado por escola de Direito estrangeira .....	28
Primeiro Procurador-Geral da República nomeado fora do quadro dos Ministros do Supremo Tribunal Federal .....	29
Juristas que declinaram do convite presidencial para compor a Suprema Corte ...	29
Uma data significativa na história do Supremo Tribunal .....	29
A primeira sessão do Supremo após a promulgação da Constituição de 1946 .....	30
A última sede do Supremo Tribunal Federal no Rio de Janeiro .....	31
A última sessão do Supremo Tribunal Federal no Rio de Janeiro .....	32
A instalação do Supremo Tribunal Federal em Brasília .....	32
Alguns julgamentos importantes realizados pelo Supremo Tribunal Federal no prédio da Avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro (1909-1960) .....	33
Os dois últimos processos que Rui Barbosa patrocinou perante o Supremo Tribunal Federal .....	34
Julgamento mais longo na história do Supremo Tribunal (Império e República) .....	35





## AS VÁRIAS DENOMINAÇÕES HISTÓRICAS DOS ÓRGÃOS DE CÚPULA DA JUSTIÇA NO BRASIL

- Casa da Suplicação do Brasil (10/5/1808 – 8/1/1829)
- Supremo Tribunal de Justiça (9/1/1829 – 27/2/1891)
- Supremo Tribunal Federal (desde 28/2/1891)

**NOTA:** Com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, **motivada** pelos sucessos históricos ocorridos na Península Ibérica (invasão das tropas napoleônicas), **registraram-se**, em nosso País, então mero domínio colonial ultramarino de Portugal, fatos **extremamente** relevantes, **dentre** os quais se situa a **criação**, por Alvará Régio, de 10/05/1808 (uma terça-feira), do Príncipe Regente D. João, **da Casa da Suplicação do Brasil**, **sediada** no Rio de Janeiro e **investida** da mesma competência atribuída à Casa da Suplicação de Lisboa.

Esse decreto real, ao instituir o **primeiro** órgão de cúpula da Justiça brasileira, **determinou** que se **findassem**, na Casa da Suplicação do Brasil, “*todos os pleitos em ultima Instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das ultimas sentenças proferidas em qualquer das Mezas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso (...)*”, **valendo referir** que a alçada dessa elevada Corte judiciária **estendia-se**, não só aos processos instaurados no Brasil, **mas**, igualmente, às causas provenientes das “*Ilhas dos Açôres, e Madeira (...)*”.

A Casa da Suplicação do Brasil, **já vigente** a Carta Política de 1824, **foi sucedida** pelo Supremo Tribunal de Justiça, que, **embora criado** por Lei Imperial de 1828, **foi instalado** em 09/01/1829, **data** em que aquele órgão de cúpula **instituído** pelo Príncipe Regente D. João, **extinguiu-se** de pleno direito, **não obstante** subsistisse, **de fato**, até 1833, **quando se restabeleceu** o antigo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.

**Durante a República**, a Constituição Federal de 1934 **alterou** a denominação constitucional do Supremo Tribunal Federal, **passando** a designá-lo **como Corte Suprema**. Com o advento da Carta de 1937, **restabeleceu-se** a anterior denominação (Supremo Tribunal Federal), **mantida**, até hoje, pelas **sucessivas** Leis Fundamentais da República.

## **COMPOSIÇÃO NUMÉRICA DOS TRIBUNAIS DE CÚPULA DA JUSTIÇA BRASILEIRA (1808-2011)**

- **CASA DA SUPPLICAÇÃO DO BRASIL (1808-1829): 23 Juízes**
- **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/IMPÉRIO (1829-1891): 17 Juízes**
- **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/REPÚBLICA (1891-2011)**
  - a) **Constituição Federal de 1891: 15 Juízes**
  - b) **Decreto nº 19.656, de 1931 (Governo revolucionário): 11 Juízes**
  - c) **Constituição Federal de 1934: 11 Juízes**
  - d) **Carta Federal de 1937 (Estado Novo): 11 Juízes**
  - e) **Constituição Federal de 1946: 11 Juízes**
  - f) **Ato Institucional nº 02/1965: 16 Juízes**
  - g) **Carta Federal de 1967: 16 Juízes**
  - h) **Ato Institucional nº 06/1969: 11 Juízes**
  - i) **Carta Federal de 1969: 11 Juízes**
  - j) **Constituição Federal de 1988: 11 Juízes**

## **INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (REPÚBLICA) E DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (IMPÉRIO)**

- O **Supremo Tribunal Federal**, organizado com fundamento no Decreto nº 848, de 11/10/1890, editado pelo Governo Provisório da República, **teve a sua instituição** prevista na Constituição republicana de 1891 (arts. 55 e 56), **havendo sido instalado** em 28/2/1891, quando realizou a sua **primeira** sessão plenária, **sob a Presidência interina** do Ministro SAYÃO LOBATO (Visconde de Sabará), que, **até então**, presidira ao Supremo Tribunal de Justiça (Império). Nessa **mesma** sessão plenária, **aberta** às 13 horas, o Supremo Tribunal Federal **elegeu** o seu **primeiro** Presidente, que foi o Ministro FREITAS HENRIQUES, natural da Bahia.

- O **Supremo Tribunal de Justiça (Império)**, por sua vez, **previsto** na Carta Imperial de 1824, **foi instalado** em 9/1/1829, data em que, reunido em sessão plenária, **elegeu** o seu **primeiro** Presidente, o Ministro JOSÉ ALBANO FRAGOSO, **natural** de Lisboa/Portugal e formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

- Os **órgãos de cúpula** da Justiça no Brasil, **em ordem sucessiva**, considerada a sua precedência histórica, foram (1) a **Casa da Supplicação do Brasil** (instituída

pelo Príncipe Regente D. João, mediante Alvará Régio de 10/5/1808), (2) o **Supremo Tribunal de Justiça** (Império) e (3) o **Supremo Tribunal Federal** (República). Esses **órgãos de cúpula**, ao longo de nosso processo histórico, **desde** a fase colonial (Casa da Suplicação do Brasil), **passando** pelo regime monárquico (Supremo Tribunal de Justiça) e **chegando** à República (Supremo Tribunal Federal), **abrangem** um período de mais de 200 anos, que se iniciou em 10/5/1808.

### **CAPITAIS BRASILEIRAS QUE FORAM SEDES CONSTITUCIONAIS DO SUPREMO TRIBUNAL (IMPÉRIO/REPÚBLICA)**

- A cidade do Rio de Janeiro sediou, **no período monárquico**, o Supremo Tribunal de Justiça (1829/1891) e, na fase republicana, até 20/4/1960, o Supremo Tribunal Federal.

- A cidade de Brasília é a sede constitucional do Supremo Tribunal Federal, **desde** o dia 21/4/1960, **data** em que se deu a sua instalação na **nova** Capital da República.

#### **NOTAS:**

a) **Era Procurador-Geral da República**, na instalação do Supremo Tribunal Federal em Brasília, o Dr. Carlos Medeiros Silva, que viria, mais tarde, em 1965, a ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

b) A **sessão plenária** de instalação do Supremo Tribunal Federal em Brasília/DF **foi secretariada** pelo Dr. Hugo Mósca, **então** Vice-Diretor-Geral do Tribunal e **hoje** eminente Advogado no Distrito Federal.

c) **Participaram**, como convidados, dessa sessão solene de instalação do Supremo Tribunal Federal, na **nova** Capital da República, **os seguintes Presidentes de Tribunais**: Ministro AFRÂNIO COSTA (**Tribunal Federal de Recursos**), Ministro General-de-Exército ALENCAR ARARIPE (**Superior Tribunal Militar**), Ministro JÚLIO BARATA (**Tribunal Superior do Trabalho**) e Desembargador PEDRO CHAVES (**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**).

d) **Logo após** a formal instalação do Supremo Tribunal Federal em Brasília/DF, iniciou-se um período de **recesso**, que perdurou **até o dia 15 de junho de 1960**, quarta-feira, **data em que se reiniciaram** os trabalhos do Tribunal.

## **MINISTROS QUE EXERCERAM A PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL (IMPÉRIO/REPÚBLICA)**

### **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (IMPÉRIO)**

1. JOSÉ ALBANO FRAGOSO (Portugal)	1829/1832
2. LUCAS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS (MG)	1832/1842
3. JOSÉ BERNARDO DE FIGUEIREDO (RJ)	1842/1849
4. FRANCISCO DE PAULA PEREIRA DUARTE (MG)	1849/1855
5. MANOEL PEREIRA DE SAMPAIO (ES)	1856/1857
6. JOAQUIM PINHEIRO DE VASCONCELLOS (BA)	1857/1864
7. JOAQUIM MARCELINO DE BRITO (BA)	1864/1879
8. JOÃO ANTONIO DE VASCONCELLOS (BA)	1879/1880
9. ALBINO JOSÉ BARBOZA DE OLIVEIRA (Portugal)	1880/1882
10. MANOEL DE JESUS VALDETARO (RJ)	1882/1886
11. JOÃO DE NEGREIROS SAYÃO LOBATO (MG)	1886/1891

### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (REPÚBLICA)**

1. FREITAS HENRIQUES (BA)	1891/1894
2. D'AQUINO E CASTRO (SP)	1894/1906
3. PIZA E ALMEIDA (SP)	1906/1908
4. PINDAHIBA DE MATTOS (MA)	1908/1910
5. HERMINIO DO ESPIRITO SANTO (PE)	1911/1924
6. ANDRÉ CAVALCANTI (PE)	1924/1927
7. GODOFREDO DA CUNHA (RS)	1927/1931
8. LEONI RAMOS (BA)	1931
9. EDMUNDO LINS (MG)	1931/1937
10. BENTO DE FARIA (RJ)	1937/1940
11. EDUARDO ESPINOLA (BA)	1940/1945
12. JOSÉ LINHARES (CE)	1945/1949 e 1951/1956
13. LAUDO DE CAMARGO (SP)	1949/1951
14. OROZIMBO NONATO (MG)	1956/1960
15. BARROS BARRETO (PE)	1960/1962
16. LAFAYETTE DE ANDRADA (MG)	1962/1963
17. RIBEIRO DA COSTA (RJ)	1963/1966
18. LUIZ GALLOTTI (SC)	1966/1968
19. GONÇALVES DE OLIVEIRA (MG)	1968/1969

20. OSWALDO TRIGUEIRO (PB)	1969/1971
21. ALIOMAR BALEEIRO (BA)	1971/1973
22. ELOY DA ROCHA (RS)	1973/1975
23. DJACI FALCÃO (PB)	1975/1977
24. THOMPSON FLORES (RS)	1977/1979
25. ANTONIO NEDER (MG)	1979/1981
26. XAVIER DE ALBUQUERQUE (AM)	1981/1983
27. CORDEIRO GUERRA (RJ)	1983/1985
28. MOREIRA ALVES (SP)	1985/1987
29. RAFAEL MAYER (PB)	1987/1989
30. NÉRI DA SILVEIRA (RS)	1989/1991
31. ALDIR PASSARINHO (PI)	1991
32. SYDNEY SANCHES (SP)	1991/1993
33. OCTAVIO GALLOTTI (RJ)	1993/1995
34. SEPÚLVEDA PERTENCE (MG)	1995/1997
35. CELSO DE MELLO (SP)	1997/1999
36. CARLOS VELLOSO (MG)	1999/2001
37. MARCO AURÉLIO (RJ)	2001/2003
38. MAURÍCIO CORRÊA (MG)	2003/2004
39. NELSON JOBIM (RS)	2004/2006
40. ELLEN GRACIE (RJ)	2006/2008
41. GILMAR MENDES (MT)	2008/2010
42. CEZAR PELUSO (SP)	2010/2012
43. AYRES BRITTO (SE)	2012
44. JOAQUIM BARBOSA (MG)	2012/2014
45. RICARDO LEWANDOWSKI (RJ)	2014

### **O MAIS JOVEM MINISTRO A ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL, EM TODA A HISTÓRIA DA SUPREMA CORTE (IMPÉRIO E REPÚBLICA)**

- Foi o Ministro **CELSO DE MELLO**, que, com **51 anos e 6 meses de idade**, assumiu, em **22/5/1997**, a **Presidência** do Supremo Tribunal Federal.

- O Ministro **MOREIRA ALVES**, com **51 anos e 10 meses de idade**, foi o **segundo** Ministro mais jovem a assumir a Presidência do Tribunal.

## **PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE NÃO FORAM ELEITOS POR SEUS PARES PARA O EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA CORTE**

- O poder de autogoverno e de autoadministração **confere**, ao Supremo Tribunal Federal, a **prerrogativa** institucional **de eleger**, dentre seus próprios membros, o Presidente e o Vice-Presidente da Corte. **Durante** a vigência do regime autoritário, instituído pela Carta Federal de 1937 (“Estado Novo”), foi editado o Decreto-lei nº 2.770, de 11/11/1940, que atribuía, **ao Presidente da República**, a **anômala** competência de nomear, **por tempo indeterminado**, dentre os Ministros da Corte, o Presidente e o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

- **Sob** esse regime, **foram nomeados**, para a Presidência do Supremo Tribunal Federal, **sucessivamente**, o Ministro EDUARDO ESPINOLA (19/11/1940 a 25/5/1945) e, em sua **primeira** investidura, o Ministro JOSÉ LINHARES (26/5/1945 a 29/10/1945).

- Foi o próprio Ministro JOSÉ LINHARES, **quando** assumiu a Presidência da República, **quem revogou** o Decreto-lei nº 2.770/40, fazendo-o mediante a edição do Decreto-lei nº 8.561, de 4/1/1946, **com o qual veio a restaurar** a clássica prerrogativa institucional de a própria Suprema Corte **eleger** o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.

**NOTA:** Durante o **regime monárquico**, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça **era designado** pelo próprio Imperador, que o nomeava para um período de três anos, sendo possível a recondução (**Lei Imperial** de 18/9/1828, art. 2º).

## **A MAIS LONGA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- Foi a Presidência exercida pelo Ministro **HERMINIO DO ESPIRITO SANTO**, que a desempenhou **por 13 anos consecutivos** (1911 a 1924).

- A **segunda** mais longa Presidência do Supremo Tribunal Federal foi a do Ministro **OLEGÁRIO HERCULANO D’AQUINO E CASTRO**, que a exerceu **por 12 anos consecutivos** (1894 a 1906).

## A MAIS BREVE PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- O Ministro CAROLINO DE LEONI RAMOS, eleito Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 25/2/1931, **exerceu** a Presidência da Suprema Corte **por apenas 23 dias**, vindo a falecer, no cargo, em 20/3/1931.

- O Ministro GONÇALVES DE OLIVEIRA, por sua vez, **exerceu** a Presidência da Suprema Corte **por 38 dias** (12/12/1968 a 18/01/1969).

- A **terceira mais breve Presidência** do Supremo Tribunal Federal **coube** ao Ministro ALDIR PASSARINHO, **que a exerceu** no período de 14/3/1991 a 21/4/1991, **durante 39 dias**.

## MINISTRO QUE, POR MAIS VEZES, EXERCEU A PRESIDÊNCIA DO STF

- Foi o Ministro JOSÉ LINHARES, **que a exerceu por quatro (4) vezes** (1945, 1946/1949, 1951/1954 e 1954/1956).

## RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA (OU DE QUEM EXERCIA AS FUNÇÕES PRESIDENCIAIS) QUE NOMEARAM MINISTROS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- DEODORO DA FONSECA	15 Ministros
- FLORIANO PEIXOTO	15 Ministros
- PRUDENTE DE MORAIS	07 Ministros
- MANUEL VITORINO PEREIRA (*)	03 Ministros
- CAMPOS SALLES	02 Ministros
- RODRIGUES ALVES	05 Ministros
- AFFONSO PENNA	02 Ministros
- NILO PEÇANHA	02 Ministros
- HERMES DA FONSECA	06 Ministros
- WENCESLAU BRAZ	04 Ministros
- DELFIM MOREIRA	01 Ministro
- EPITACIO PESSÔA	03 Ministros
- ARTHUR BERNARDES	05 Ministros
- WASHINGTON LUÍS	04 Ministros



-	GETÚLIO VARGAS	21 Ministros
-	JOSÉ LINHARES (*)	03 Ministros
-	EURICO GASPAR DUTRA	03 Ministros
-	NEREU RAMOS (*)	01 Ministro
-	JUSCELINO KUBITSCHKE	04 Ministros
-	JÂNIO QUADROS	01 Ministro
-	JOÃO GOULART	02 Ministros
-	CASTELLO BRANCO	08 Ministros
-	COSTA E SILVA	04 Ministros
-	GARRASTAZU MÉDICI	04 Ministros
-	ERNESTO GEISEL	07 Ministros
-	JOÃO FIGUEIREDO	09 Ministros
-	JOSÉ SARNEY	05 Ministros
-	COLLOR DE MELLO	04 Ministros
-	ITAMAR FRANCO	01 Ministro
-	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	03 Ministros
-	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	08 Ministros
-	DILMA ROUSSEFF	04 Ministros

NOTA (\*): Exerceu a Presidência da República, na condição de substituto eventual do Chefe do Poder Executivo.

### **PRESIDENTES DA REPÚBLICA QUE MAIS NOMEARAM MINISTROS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

-	GETÚLIO VARGAS	21 Ministros
-	DEODORO DA FONSECA	15 Ministros
-	FLORIANO PEIXOTO	15 Ministros

### **O ÚNICO PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE NÃO NOMEOU QUALQUER MINISTRO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

-	Presidente CAFÉ FILHO	(1954 a 1955)
---	-----------------------	---------------

## UMA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE QUASE PROVOCOU A RENÚNCIA DE UM PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- O Supremo Tribunal Federal, na sessão de 16/4/1898, ao conceder ordem de **habeas corpus**, no julgamento do HC 1.073, Relator designado Ministro LUCIO DE MENDONÇA, **consagrou** a tese – até então sustentada, **sem sucesso**, por RUI BARBOSA (HC 300, 1892) – de que “**Cessam**, com o estado de sítio, **todas** as medidas de repressão durante ele tomadas pelo Executivo”, **pois** a possibilidade desse controle jurisdicional, **findo** o sítio, **não é excluída** pela competência atribuída ao Congresso Nacional “para o julgamento político dos agentes do Executivo” (“**Jurisprudência**”, p. 19/28, item n. 18, 1899, Imprensa Nacional).

- Essa **decisão** do Supremo Tribunal Federal **reformou** antiga jurisprudência, **que**, estabelecida em 1892, **consolidara-se** em sucessivos julgamentos proferidos, pela Corte, em 1894 e em 1897, **o que motivou**, por parte de **RUI BARBOSA**, o reconhecimento de que esse acórdão (1898) **representava** “o fruto de seis anos de campanha liberal, que tinha o brilho e a solidez e a força dos grandes arestos, que valem mais para a liberdade dos povos do que as Constituições escritas”.

- A **respeito** desse julgamento, **relembra** Rodrigo Octavio (“**Minhas Memórias dos Outros**”, 1ª série, p. 210-216, José Olympio Editora) que o Presidente da República **Prudente de Moraes**, por entender que a concessão do **habeas corpus** comprometeria, gravemente, a ordem pública – e por considerar extremamente instável a situação institucional do País – **manifestou** a sua intenção **de renunciar** ao mandato presidencial, **somente** vindo a **reconsiderar** tal propósito dias após, **quando**, então, **cumpriu** a decisão emanada do Supremo Tribunal Federal.

- **Cabe registrar** – consoante **assinala** Rodrigo Octavio – que, em virtude do **cumprimento** dessa decisão, **os desterrados políticos** (que se achavam presos em Fernando de Noronha) **foram colocados** em liberdade, **retornaram** ao continente e a ordem pública **não restou** afetada.

- **Cumpré rememorar**, neste ponto, **a propósito** da experiência de **outros povos**, que, **durante** a Guerra Civil americana, o Presidente Abraham Lincoln, **ainda** no início de seu primeiro quadriênio, **descumpriu uma decisão** proferida pelo “Chief Justice” (Presidente) da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, Roger B. Taney, **que havia concedido**, em 1861, uma ordem de **habeas corpus** em favor de

determinado cidadão (John Merryman), considerado traidor pelas autoridades da União. Discutiu-se, nesse processo (“Ex parte Merryman”), a relevantíssima questão concernente à titularidade **dos poderes de crise**, em tempo de guerra ou de conflito, em contexto capaz de afetar a segurança do Estado ou de suprimir as liberdades fundamentais do cidadão.

## **MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE FORAM NOMEADOS SEM A PRÉVIA APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL**

*Governo Provisório de Getúlio Vargas (3/11/1930 a 20/7/1934)*

EDUARDO ESPINOLA  
CARVALHO MOURÃO  
PLÍNIO CASADO  
LAUDO DE CAMARGO  
COSTA MANSO  
OCTAVIO KELLY  
ATAULPHO DE PAIVA

*Estado Novo/Carta Federal de 1937*

ARMANDO DE ALENCAR  
CUNHA MELLO  
JOSÉ LINHARES  
WASHINGTON DE OLIVEIRA  
BARROS BARRETO  
ANNIBAL FREIRE  
CASTRO NUNES  
OROZIMBO NONATO  
WALDEMAR FALCÃO  
GOULART DE OLIVEIRA  
PHILADELPHO AZEVEDO  
LAFAYETTE DE ANDRADA  
EDGARD COSTA  
RIBEIRO DA COSTA

## NOTAS:

a) As nomeações desses Ministros processaram-se em períodos de anormalidade institucional, **seja** durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (24/10/1930 a 16/7/1934), **seja** durante a vigência da Carta Política outorgada em 10/11/1937 (**Estado Novo**).

b) O Ministro JOSÉ LINHARES, do Supremo Tribunal Federal, **quando** na Presidência da República (29/10/1945 a 31/1/1946), **nomeou**, para a Suprema Corte, **entre** 1º/11/1945 e 26/1/1946, os Ministros LAFAYETTE DE ANDRADA, EDGARD COSTA e RIBEIRO DA COSTA.

c) A **nomeação** dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça (Império) **não dependia** de prévia aprovação do Senado do Império. O **Presidente** do Supremo Tribunal de Justiça era escolhido **pelo Imperador**, dentre os membros do Tribunal, para um período de três (3) anos (**Lei Imperial de 18/9/1828**).

## **INDICAÇÕES PRESIDENCIAIS, PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, REJEITADAS PELO SENADO DA REPÚBLICA**

- Na **história republicana brasileira**, ao longo de 125 anos (1889 a 2014), o **Senado Federal**, durante o governo FLORIANO PEIXOTO (1891 a 1894), **rejeitou cinco** (5) indicações presidenciais, **negando aprovação** a atos de nomeação, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, **das seguintes pessoas**: (1) BARATA RIBEIRO, (2) INNOCÊNCIO GALVÃO DE QUEIROZ, (3) EWERTON QUADROS, (4) ANTÔNIO SÈVE NAVARRO e (5) DEMOSTHENES DA SILVEIRA LOBO.

**NOTA:** Cabe registrar que, nos **Estados Unidos da América**, no período compreendido **entre 1789 e 2014** (225 anos), o Senado norte-americano **rejeitou 12 (doze)** indicações presidenciais para a Suprema Corte americana.

## **OS MAIS JOVENS MINISTROS QUE FORAM NOMEADOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL**

- Durante o Império, o Ministro **mais jovem**, nomeado para o Supremo Tribunal em 1832, foi o Ministro **JOSÉ PAULO FIGUEIRÔA NABUCO DE ARAÚJO**, com a idade de **36 anos**.

- Na República, o Ministro **mais jovem**, nomeado em 1901, foi o Ministro **ALBERTO TORRES**, com 35 anos de idade (idade constitucional mínima).

- O Ministro **EPITACIO PESSÔA**, por sua vez, foi nomeado, em 1902, com 36 anos de idade.

## **MINISTROS QUE, POR MAIS DE 25 ANOS, PERMANECERAM NO SUPREMO TRIBUNAL**

O Ministro **JOSÉ PAULO FIGUEIRÔA NABUCO DE ARAÚJO**, do Supremo Tribunal de Justiça (**Império**), permaneceu, no cargo, durante 31 anos e 3 meses.

Na República, foram os seguintes os ministros que permaneceram **por mais** de um quarto de século no Supremo Tribunal Federal:

- Ministro **HERMINIO DO ESPIRITO SANTO**: 29 anos, 11 meses e 24 dias
- Ministro **ANDRÉ CAVALCANTI**: 29 anos e 8 meses
- Ministro **MOREIRA ALVES**: 27 anos e 10 meses
- Ministro **CELSO DE MELLO**: 25 anos e 4 meses (em dezembro/2014)

## **MINISTROS DO STF QUE PERMANECERAM, NO CARGO, COM IDADE MAIS AVANÇADA**

- Foram os Ministros **HERMINIO DO ESPIRITO SANTO** e **ANDRÉ CAVALCANTI**, que faleceram, respectivamente, em 1924 e em 1927, quando **ainda** exerciam o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**NOTA:** A Constituição Federal de 1891 **não previa** a aposentadoria compulsória por idade, **que só veio** a ser introduzida, no sistema constitucional brasileiro, pela Constituição Federal de 1934.

O **constituente republicano** de 1891, **reafirmando** dispositivo que constava do importante Decreto nº 848, de 11/10/1890, **teve o cuidado** – ao estender aos magistrados a garantia da vitaliciedade – **de estabelecer** que os juízes **perderiam** o cargo “*unicamente por sentença judicial*” **ou**, então, **por efeito** de condenação por crimes de

responsabilidade (art. 57 e § 2º), **delineando**, desse modo, **um sistema** destinado a permitir o **exercício independente** das funções jurisdicionais, **em ordem a proteger** os magistrados **contra indevidas** interferências de agentes vinculados **aos demais** Poderes do Estado.

**Em consequência** dessa disciplina constitucional reservada aos magistrados, **notadamente** aos Juízes desta Suprema Corte, **não se admitiu** – considerada a prerrogativa da vitaliciedade – **o instituto da aposentadoria compulsória** por implemento de idade, **razão pela qual** a República **pôde contar** com a sabedoria, a experiência e os conhecimentos de notáveis Ministros que atuaram com grande visão e lucidez, no Supremo Tribunal Federal, **após** os setenta anos, **sendo digno de registro** o fato de que, **sob** a Constituição republicana de 1891, o Ministro ANDRÉ CAVALCANTI **presidiu** o Supremo Tribunal Federal **até** os seus 93 anos de idade.

**Somente** com a Constituição de 1934 **é que se instituiu**, no Brasil, a aposentadoria compulsória, **submetida**, no entanto, a regimes diferenciados, **conforme se tratasse de magistrados** (que se aposentavam, compulsoriamente, aos 75 anos de idade – art. 64, “a”) **ou** de servidores públicos em geral, cuja inativação por implemento de idade ocorria aos 68 anos (art. 170, 3º).

Esse limite **foi unificado** em torno de 68 anos de idade com a Carta Política de 1937 (art. 91, “a”, e art. 156, “d”), **sendo elevado** a 70 anos com a Constituição de 1946 e **mantido**, desde então, **até hoje**, nesse **mesmo** nível etário.

O legislador constituinte, desse modo, **afastou-se** do modelo **consagrado pela primeira** Constituição republicana (1891), **que soube preservar**, com equilíbrio e sabedoria, **a vasta experiência** que ilustres Magistrados desta Suprema Corte legaram à causa pública **após** os 70 anos de idade, **valendo referir**, dentre esses grandes Juízes, **os eminentes Ministros** HERMINIO FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO (83 anos de idade), OLEGARIO HERCULANO D’AQUINO E CASTRO (78 anos de idade), SAYÃO LOBATO, o Visconde de Sabará (75 anos de idade), RIBEIRO DE ALMEIDA (75 anos de idade), EDMUNDO LINS (74 anos de idade), FREITAS HENRIQUES, **que foi o primeiro Presidente** do Supremo Tribunal Federal (72 anos de idade), GODOFREDO CUNHA (71 anos de idade) e TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE (71 anos de idade), **além do já mencionado** Ministro ANDRÉ CAVALCANTI (93 anos de idade).

## MINISTROS QUE, POR MENOS TEMPO, PERMANECERAM NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (REPÚBLICA)

- HERCULANO DE FREITAS	3 meses, 16 dias
- BARATA RIBEIRO	10 meses, 4 dias
- CLÓVIS RAMALHETE	10 meses, 16 dias
- BARÃO DE LUCENA	10 meses, 28 dias
- AUGUSTO OLYNTHO	11 meses, 4 dias
- ALENCAR ARARIPE	11 meses, 28 dias
- JOAQUIM FRANCISCO DE FARIA	1 ano, 15 dias
- MENDONÇA UCHÔA	1 ano, 15 dias
- QUEIROZ BARROS	1 ano, 15 dias
- FIRMINO PAZ	1 ano, 23 dias
- SOUZA MENDES	1 ano, 1 mês, 8 dias
- SAYÃO LOBATO (*)	1 ano, 2 meses, 6 dias
- FERREIRA DE RESENDE	1 ano, 3 meses, 28 dias
- AMERICO BRAZILIENSE	1 ano, 4 meses, 2 dias
- UBALDINO DO AMARAL	1 ano, 4 meses, 19 dias
- BENTO LISBOA	1 ano, 5 meses, 14 dias
- FARIA LEMOS	1 ano, 7 meses, 13 dias
- FIGUEIREDO JUNIOR	1 ano, 8 meses, 12 dias
- BARROS PIMENTEL	1 ano, 9 meses, 20 dias
- MENEZES DIREITO	1 ano, 11 meses, 27 dias
- FERNANDO LUIZ OSORIO	1 ano, 11 meses, 28 dias

NOTA (\*): O Ministro SAYÃO LOBATO, Visconde de Sabará, **embora** houvesse permanecido **pouco tempo** no Supremo Tribunal Federal, **exerceu** longa judicatura (10 anos) no Supremo Tribunal de Justiça (**Império**).

## A PRIMEIRA MULHER A INVESTIR-SE COMO MINISTRA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Foi a Ministra ELLEN GRACIE NORTHFLEET, natural do Rio de Janeiro/RJ, nomeada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 23/11/2000, havendo tomado posse, como Ministra da Suprema Corte, em 14/12/2000. A indica-

ção presidencial da Ministra ELLEN GRACIE, para o Supremo Tribunal Federal, foi aprovada pelo Senado da República, na sessão plenária de 22/11/2000.

- A escolha de uma **mulher** para o Supremo Tribunal Federal **representou** um gesto **emblemático**, pois constituiu um ato **denso** de significação histórica e **pleno** de consequências políticas.

- Com essa opção, **transpôs-se** uma barreira histórica, **rompeu-se** uma resistência cultural e **superou-se** um contexto ideológico cujas premissas institucionalizavam **uma inaceitável discriminação de gênero**, que impedia, injustamente, o **pleno acesso da mulher** às instâncias mais elevadas de poder em nosso País.

- O ato de escolha da Ministra ELLEN GRACIE para o Supremo Tribunal Federal – **além** de expressar a celebração de um novo tempo – teve o significado de verdadeiro rito de passagem, **pois inaugurou**, de modo positivo, na história judiciária do Brasil, uma clara e irreversível transição para um modelo social **que repudia a discriminação de gênero**, ao mesmo tempo **em que consagra a prática afirmativa e republicana da igualdade**.

## A SEGUNDA MINISTRA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- A Ministra CÁRMEN LÚCIA, constitucionalista eminente, foi a **segunda mulher** a ser investida no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

- Essa nomeação, **precedida** de aprovação pelo Senado Federal (24/5/2006), ocorreu em 25/5/2006, **realizando-se a posse** em 21/6/2006.

## A TERCEIRA MINISTRA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- A Ministra ROSA WEBER, **ilustre magistrada** de carreira da Justiça do Trabalho, foi a **terceira mulher** nomeada para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aprovada a sua **indicação** pelo Senado Federal (13/12/2011), foi ela **nomeada** por decreto presidencial de 15/12/2011, havendo sido **empossada** em 19/12/2011.



## **MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE FOI ELEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

- O Ministro EPITACIO PESSÔA, **que integrou** o Supremo Tribunal Federal (1902-1912), **foi eleito** Presidente da República, **quando** se achava em Paris, **chefiando** a Missão Diplomática do Brasil junto à Conferência de Paz de Versalhes. **Exerceu** o mandato presidencial no período de 28/7/1919 a 15/11/1922.

**NOTA:** Na Suprema Corte americana, **ocorreu** fenômeno inverso, **pois** WILLIAM HOWARD TAFT, **depois** de haver exercido a Presidência dos Estados Unidos da América (1909-1913), **foi nomeado**, pelo Presidente WARREN G. HARDING, **para** o cargo de “Chief Justice” (Presidente) da Suprema Corte dos EUA (1921-1930).

## **MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE EXERCERAM A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTOS CONSTITUCIONAIS**

- O Presidente do Supremo Tribunal Federal **qualifica-se**, constitucionalmente, como um dos substitutos eventuais do Presidente da República. **Nessa condição**, e até o **presente** momento (2014), **somente cinco** (5) Presidentes do Supremo Tribunal Federal **exerceram**, em caráter eventual, a Presidência da República:

- 1) **Ministro JOSÉ LINHARES** (29/10/1945 a 31/1/1946)
- 2) **Ministro MOREIRA ALVES** (7/7/1986 a 11/7/1986)
- 3) **Ministro OCTAVIO GALLOTTI** (13/6/1994 a 15/6/1994 e 4/8/1994 a 6/8/1994)
- 4) **Ministro MARCO AURÉLIO** (15/5/2002 a 21/5/2002 - 4/7/2002 a 5/7/2002 - 25/7/2002 a 27/7/2002 - 20/8/2002 a 21/8/2002 e 31/8/2002 a 9/9/2002)
- 5) **Ministro RICARDO LEWANDOWSKI** (15/9/2014 a 17/9/2014)

## **MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE PRESIDIRAM A ATOS INAUGURAIS DE ASSEMBLEIAS CONSTITUINTES**

- **Ao longo** da história político-constitucional brasileira, **houve dois** (2) **Ministros do Supremo Tribunal Federal**, que, em momentos diversos, **dirigiram** os atos inaugurais de Assembleias Constituintes.

- O **Ministro HERMENEGILDO DE BARROS**, do Supremo Tribunal Federal, **na condição** de Presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (**primitiva** designação do TSE), foi o **primeiro** Ministro da Suprema Corte brasileira a **presidir aos trabalhos preparatórios** de instalação de uma Assembleia Constituinte: a **Assembleia Constituinte de 1933/1934**, que elaborou, aprovou e promulgou a **Constituição da República de 1934**.

- O Ministro HERMENEGILDO DE BARROS **presidiu às três Sessões Preparatórias** da Assembleia Constituinte de 1933/1934, **destinadas** (a) a receber e a examinar os diplomas dos constituintes eleitos, (b) a convocar os suplentes em caso de renúncia, morte **ou** invalidez da diplomação dos constituintes eleitos e, finalmente, (c) a dirigir os trabalhos de escolha do Presidente efetivo da Assembleia Constituinte (v. “**Anais da Assembleia Nacional Constituinte**”, vol. I/3-21, 1934, Imprensa Nacional).

- O **outro** Ministro da Suprema Corte a **participar do momento inaugural** de uma Assembleia Constituinte **foi o Ministro MOREIRA ALVES**, que, **na condição de Presidente do Supremo Tribunal Federal**, e em cumprimento à determinação constante da Emenda Constitucional nº 26/85 (art. 2º), **instalou**, em 1987, a Assembleia Nacional Constituinte (que promulgou a **vigente** Constituição de 1988) e dirigiu a sessão em que se elegeu, por votação dos constituintes, o Presidente efetivo dessa **mesma** Assembleia.

**MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE, ANTES DE SUA INVESTIDURA NA SUPREMA CORTE, EXERCEU O CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS (PRIMEIRO-MINISTRO), DURANTE O REGIME PARLAMENTAR DE GOVERNO (1961-1963)**

- Foi o **Ministro HERMES LIMA**, que, **sob o regime parlamentar** instituído pela Emenda Constitucional nº 4/1961, **foi escolhido** Presidente do Conselho de Ministros, **havendo exercido**, nessa condição, no período de 18/9/1962 a 23/1/1963, a Chefia de Governo, em nosso País.

## **O PRIMEIRO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- O primeiro Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal foi aprovado em 8/8/1891. Possuía 155 artigos.
- Até a edição desse Regimento Interno, prevaleceu, no Supremo Tribunal Federal, o Regimento Interno do antigo Supremo Tribunal de Justiça (Império).

## **MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE JAMAIS FICOU VENCIDO NOS CASOS DE QUE FOI RELATOR**

- Consta que o Ministro EPITACIO PESSÔA, durante o período em que atuou no Supremo Tribunal Federal (1902-1912), “nunca foi vencido como relator de um feito, fato talvez único na história da nossa Côrte Suprema (...)” (Laurita Pessoa Raja Gabaglia, “Epitácio Pessoa”, vol. I/172, 1951, José Olympio Editora).

## **PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A SER TRANSMITIDA, AO VIVO, PELA TELEVISÃO**

- Foi o julgamento do MS 21.564/DF, Relator para o acórdão Ministro CARLOS VELLOSO (Relator originário Ministro OCTAVIO GALLOTTI), impetrado, pelo então Presidente da República, Fernando Collor, contra ato do Presidente da Câmara dos Deputados praticado na fase preliminar do processo de “impeachment”. A sessão plenária, em que se realizou esse julgamento, foi televisionada, ao vivo, para todo o País, em 23/9/1992, quarta-feira.

## **PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TRANSMITIDA PELA TV JUSTIÇA**

- A TV Justiça transmitiu, pela primeira vez, ao vivo, uma sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, em 14/8/2002, quinta-feira.

## **MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ELEITOS PARA A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (EM ORDEM ALFABÉTICA)**

- Ministro **ANNIBAL FREIRE** (Cadeira nº 03)
- Ministro **ATAULPHO DE PAIVA** (Cadeira nº 25) – Foi, também, **Presidente** da Academia Brasileira de Letras (1937)
- Ministro **CANDIDO MOTTA FILHO** (Cadeira nº 05)
- Ministro **EVANDRO LINS** (Cadeira nº 1)
- Ministro **HERMES LIMA** (Cadeira nº 07)
- Ministro **JOÃO LUIZ ALVES** (Cadeira nº 11)
- Ministro **LUCIO DE MENDONÇA** (Cadeira nº 11) – **fundador** da Academia Brasileira de Letras
- Ministro **OSCAR CORRÊA** (Cadeira nº 28)
- Ministro **PEDRO LESSA** (Cadeira nº 11)
- Ministro **RODRIGO OCTAVIO** (Cadeira nº 35) – **fundador** da Academia Brasileira de Letras

## **MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ELEITOS PARA A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (HAIA)**

Três (3) Ministros do Supremo Tribunal Federal, **depois** de aposentados, **foram** eleitos Juízes da Corte Internacional de Justiça, **em Haia**:

- Ministro **EPITACIO PESSÔA** (Corte Permanente de Justiça Internacional, estruturada no âmbito da **antiga** Liga das Nações – 1923/1930)
- Ministro **PHILADELPHO AZEVEDO** (Corte Internacional de Justiça/ONU – 1946/1951)
- Ministro **FRANCISCO REZEK** (Corte Internacional de Justiça/ONU – 1997/2006)

## **OS ÚNICOS MINISTROS QUE, NA HISTÓRIA DO SUPREMO TRIBUNAL (IMPÉRIO E REPÚBLICA), NÃO SE GRADUARAM, NO BRASIL, POR ESCOLA PÚBLICA DE DIREITO**

- Foram os Ministros **NÉRI DA SILVEIRA** (que se graduou pela Faculdade de Direito da PUC, em Porto Alegre/RS), **CEZAR PELUSO** (que se bacharelou pela

**Universidade Católica de Santos/SP), EROS GRAU** (que se graduou pela Faculdade de Direito da **Universidade Mackenzie**, em São Paulo/SP), **CÁRMEN LÚCIA** (que se graduou pela **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, em Belo Horizonte/MG) e **MENEZES DIREITO** (que se graduou pela **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/RJ**).

**NOTA:** O Supremo Tribunal, **ao longo** de sua história, teve **124 Ministros no Império** (Supremo Tribunal de Justiça) e, até o presente momento, **165 Ministros sob a República** (Supremo Tribunal Federal).

Desse **total (289 Ministros)**, compreendidos **ambos** os períodos históricos, **todos** os Ministros – exceto os Ministros **NÉRI DA SILVEIRA, CEZAR PELUSO, EROS GRAU, CÁRMEN LÚCIA e MENEZES DIREITO** – graduaram-se, **no Brasil**, por Faculdades públicas de Direito.

**No Império**, as Escolas de Direito que forneceram os Juízes para o Supremo Tribunal de Justiça **foram as de Coimbra, de São Paulo** (Faculdade de Direito do Largo de São Francisco) e de **Olinda/Recife**.

### **ÚNICO MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL GRADUADO POR ESCOLA DE DIREITO ESTRANGEIRA**

- Foi o **Ministro AMARO CAVALCANTI**, que se diplomou, no ano acadêmico de 1880/1881, pela Escola de Direito da **Union University**, fundada em 1853 e localizada na cidade de Albany, capital do Estado de Nova York.

- Cabe registrar que **AMARO CAVALCANTI**, nascido no Rio Grande do Norte, **quando vivia na então** Província do Ceará, foi incumbido, pelo Presidente dessa mesma Província, de obter, nos Estados Unidos da América, elementos de informação que permitissem o aperfeiçoamento do sistema de ensino cearense. Foi, então, que aproveitou o ensino para cursar a **Union University**, nela graduando-se em Direito.

## **PRIMEIRO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA NOMEADO FORA DO QUADRO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- Foi **CARLOS MAXIMILIANO**, designado segundo as **novas** regras estabelecidas pela Constituição Federal de 1934 (art. 95, § 1º), **eis que**, sob a égide da Constituição republicana de 1891, o Procurador-Geral da República era nomeado “**dentre** os membros do Supremo Tribunal Federal (...)” (art. 58, § 2º).

## **JURISTAS QUE DECLINARAM DO CONVITE PRESIDENCIAL PARA COMPOR A SUPREMA CORTE**

- **Afonso Augusto Moreira Pena: Presidente Prudente de Moraes;**
- **Francisco Mendes Pimentel: Presidente Wenceslau Braz e Presidente Getúlio Vargas;**
- **Clóvis Beviláqua: Presidente Hermes da Fonseca e Presidente Washington Luís;**
- **Milton Campos: Presidente Castello Branco e Presidente Emílio Garrastazu Médici;**
- **Hely Lopes Meirelles: Presidente Ernesto Geisel;**
- **Heráclito Fontoura Sobral Pinto: Presidente Juscelino Kubitschek.**

## **UMA DATA SIGNIFICATIVA NA HISTÓRIA DO SUPREMO TRIBUNAL**

**18 de setembro: uma data impregnada de relevo histórico:**

a) **18/9/1828, uma quinta-feira** – edição da Lei Imperial que instituiu e organizou, no Município Neutro (Rio de Janeiro), durante o Primeiro Reinado, o SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, **composto** por 17 Juízes (a maior parte dos quais proveniente da Casa da Suplicação do Brasil), **instalado** em 9/1/1829;

b) **18/9/1946, uma quarta-feira** – **data de promulgação** da Constituição Federal de 1946, **que entrou em vigor** no dia 19/9/1946, **data de sua publicação** no DOU e no Diário da Assembleia Constituinte (CF/1946, art. 218).

## A PRIMEIRA SESSÃO DO SUPREMO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1946

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, composto por 11 Ministros, reuniu-se no dia 20/9/1946, às 13 horas, sexta-feira, sob a Presidência do Ministro JOSÉ LINHARES, achando-se presentes os Senhores Ministros Laudo de Camargo, Barros Barreto, Annibal Freire, Castro Nunes, Orozimbo Nonato, Edgard Costa, Lafayette de Andrada, Ribeiro da Costa e o Desembargador Vicente Piragibe, ausente o Senhor Ministro Goulart de Oliveira.

Compareceu, como Procurador-Geral da República, o Dr. Themistocles Brandão Cavalcanti (futuro Ministro do STF) e, como representante da OAB, o Dr. Haddock Lobo, sendo Secretário da sessão plenária o Dr. Jayme Pinheiro de Andrade.

Na ocasião (20/9/1946), o Ministro JOSÉ LINHARES, Presidente do Supremo Tribunal Federal, proferiu o seguinte discurso:

*“Antes de mais nada sejam as minhas primeiras palavras de congratulações com os ilustres colegas pela promulgação da nova Constituição, fato que vem de assinalar um marco destacado na vida jurídica do País.*

*Depois de termos atravessado uma longa estrada sombria, de indecisões e incertezas de um período ditatorial, é com grande alegria que o país readquire o seu poder de Nação livre regido por normas puramente democráticas.*

*O século passado foi a época da liberdade, e o atual é o da igualdade econômica e social, princípios estes disciplinadores de um regime sadio que enobrece todos os cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com a Pátria.*

*Só a ordem jurídica constrói e fortalece as instituições sem o que a vida e os direitos de cada um ficam à mercê da vontade ou do arbítrio de quem por acaso detém o poder.*

*A hora presente é de regozijo nacional, principalmente para a Justiça com o restabelecimento de sua autoridade e independência tão necessárias ao exercício da sua nobre missão.*

*A Carta Magna foi promulgada sob a proteção de Deus e com ela confio que possamos, no cumprimento do dever sagrado, interpretá-la e dar execução aos seus preceitos sob a inspiração dos sentimentos da mais pura justiça.”*

**Registrou-se**, nessa **primeira** sessão plenária do STF, **realizada** após a promulgação e vigência da Constituição de 1946, o **juízo** de diversos pedidos e recursos de “*habeas corpus*”.

O **Plenário** do Tribunal, nessa **mesma** sessão (20/9/1946), **apreciou** indicação proposta pelo Ministro CASTRO NUNES, **no sentido** de que o STF se manifestasse **quanto à possibilidade**, ou não, **de subsistir** a divisão do Supremo em Turmas julgadoras. **Votaram no sentido da possibilidade da divisão** do Tribunal em Turmas **os Senhores Ministros** Castro Nunes, Orozimbo Nonato, Annibal Freire, Lafayette de Andrada, Barros Barreto e Laudo de Camargo, **vencidos os Senhores Ministros** Edgard Costa, Ribeiro da Costa e o Desembargador Vicente Piragibe.

## **A ÚLTIMA SEDE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, na última sede que ocupou na **antiga** Capital Federal (Rio de Janeiro), na Avenida Rio Branco, nº 241 (**anteriormente** denominada Avenida Central), **nela se instalou no dia 3/4/1909**, sábado, ao meio-dia, **sob a Presidência** do Ministro PINDA HIBA DE MATTOS, **havendo comparecido os Senhores Ministros** Herminio do Espírito Santo, Ribeiro de Almeida, João Pedro, Manoel Murtinho, Epitacio Pessoa, Oliveira Ribeiro, Guimarães Natal, Cardoso de Castro, Manoel Espinola e Canuto Saraiva, **ausentes os Ministros** Alberto Torres, Amaro Cavalcanti, André Cavalcanti e Pedro Lessa.

- Nessa sessão inaugural do STF, **realizada** no edifício da Avenida Rio Branco (**antiga** Avenida Central), o **Presidente da Corte** descreveu o itinerário histórico do Tribunal, **desde** a antiga Relação do Rio de Janeiro (**elevada** à condição de Casa da Suplicação do Brasil em 10/5/1808), **pondo em destaque**, ainda, **na viabilização** da instalação do Supremo **no novo** prédio, o valioso concurso **do então** Presidente da República, “*Exmo. Sr. Conselheiro Affonso Penna, efficazmente auxiliado pelo illustre Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra, Ministro da Justiça (...)*”.

**Encerrada** a sessão de instalação e feita, pelos presentes, **a visita** à (**então**) nova sede do Supremo Tribunal Federal, **a Corte reuniu-se**, em seguida, em sessão plenária, **na qual elaborou**, inicialmente, **lista tríplice** para o preenchimento “*do logar vago de Juiz Federal do Amazonas*”, **havendo figurado**, em terceiro lugar, “*o Bacharel Francisco*”.



*Tavares da Cunha Mello*”, **que viria a ser nomeado**, para esse cargo, pelo Presidente Afonso Pena. É **interessante registrar** que Francisco Tavares da Cunha Mello, **que serviu** durante 13 anos como Juiz Federal no Amazonas, **foi posteriormente nomeado** Ministro do Supremo Tribunal Federal, **por ato** do Presidente Getúlio Vargas, em 16/11/1937, na vaga aberta com a aposentadoria do Ministro Hermenegildo de Barros.

## **A ÚLTIMA SESSÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

A **última sessão** do Supremo Tribunal Federal **no edifício** da Avenida Rio Branco (que ocupou entre 3/4/1909 e 20/4/1960) **realizou-se** no dia 13/4/1960, quarta-feira, **iniciando-se** às 13 horas, **sob a Presidência** do Ministro BARROS BARRETO e **com a presença** dos Ministros Lafayette de Andrada, Hahnemann Guimarães, Luiz Gallotti, Rocha Lagôa, Nelson Hungria, Ary Franco, Gonçalves de Oliveira e Sampaio Costa, sendo este último substituto do Senhor Ministro Ribeiro da Costa, que se encontrava de licença, **ausentes** os Senhores Ministros Vilas Boas e Candido Motta.

**Participou dessa última sessão plenária** no Rio de Janeiro, como Procurador-Geral da República, o Dr. Carlos Medeiros Silva (futuro Ministro do STF), **sendo** que referida sessão plenária **foi secretariada** pelo ilustre Dr. Hugo Mósca, **então** Vice-Diretor-Geral do STF.

**Deliberou-se**, nessa última sessão (13/4/1960), **além do julgamento** de inúmeros pedidos e recursos de “*habeas corpus*”, **sobre proposta** formulada pelo Ministro Gonçalves de Oliveira, **no sentido de que, a partir** de 14/4/1960, “*até a data de reabertura dos trabalhos normais do Supremo Tribunal Federal, em Brasília*”, **ficasse suspensa** a fluência de prazos processuais, **considerando-se** tal período como de férias forenses, “*de modo que não corram, nem se iniciem, nesse período, quaisquer prazos processuais, como sejam para preparo de autos, Impugnações, Apresentação de Razões, inclusive para Impetração de Mandado de Segurança*”. Essa proposta **foi acolhida pelo STF**.

## **A INSTALAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM BRASÍLIA**

A **instalação** do Supremo Tribunal Federal **em Brasília** ocorreu em 21/4/1960, quinta-feira, **sob a Presidência** do Ministro BARROS BARRETO, “*achando-se presentes*”

os Exmos. Srs. Ministros Lafayette de Andrada, Nelson Hungria, Candido Motta Filho, Vilas Boas, Gonçalves de Oliveira, Sampaio Costa e Henrique D'Avila (*substitutos, respectivamente, dos Exmos. Srs. Ministros Ribeiro da Costa e Rocha Lagôa*), ausentes os Ministros Ribeiro da Costa, Hahnemann Guimarães, Luiz Gallotti, Rocha Lagôa e Ary Franco.

Os trabalhos do STF, após a sessão inaugural de instalação (21/4/1960), ficaram suspensos até 15/6/1960, data em que teve lugar a sessão plenária da Corte, quando, então, reiniciou-se a fluência dos prazos processuais.

### **ALGUNS JULGAMENTOS IMPORTANTES REALIZADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PRÉDIO DA AVENIDA RIO BRANCO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1909-1960)**

- **HC 2.794**, Rel. Min. GODOFREDO CUNHA, julgado em 11/12/1909 (início da formulação da doutrina brasileira do “*habeas corpus*”: Caso do Conselho Municipal do DF). No mesmo sentido (e sobre o mesmo tema): HC 2.797, RHC 2.799 e HC 2.990, este relatado pelo Ministro PEDRO LESSA;

- **HC 3.061**, Rel. Min. CANUTO SARAIVA, julgado em 1911 (dualidade de Assembleias Legislativas no Rio de Janeiro). *Idem*: HC 2.984, Rel. Min. AMARO CAVALCANTI;

- **HC 3.137**, Rel. Min. EPITACIO PESSÔA, julgado em 1912 (bombardeio de Salvador/BA por tropas federais e inviabilização do exercício, por autoridades locais, de suas regulares e legítimas funções). Este “*habeas corpus*” foi impetrado por Rui Barbosa;

- **HC 3.536**, Rel. Min. OLIVEIRA RIBEIRO, impetrado por Rui Barbosa contra a proibição de circulação do jornal “*O Imparcial*”, que havia publicado, durante a vigência do estado de sítio, discursos parlamentares proferidos por Rui na tribuna do Senado. Ordem de HC concedida em julgamento realizado em 1914;

- **HC 3.697**, Rel. p/ o acórdão Min. ENÉAS GALVÃO, julgado em 1914 (questão referente à eleição de Nilo Peçanha como Presidente do Estado do Rio de Janeiro, em razão de haverem sido proclamados eleitos dois Chefes do Poder Executivo estadual. Registrou-se, nesse julgamento, ampla discussão em torno do significado e alcance da expressão “*liberdade individual*”);

- **HC 4.781**, Rel. Min. EDMUNDO LINS, **impetrado** em favor de Rui Barbosa, **para assegurar**, ao paciente, em sua **última** campanha eleitoral à Presidência da República (1919), o exercício do direito de reunião e de livre manifestação do pensamento. **Ordem de HC concedida** em julgamento realizado em 1919;
- **HC 26.155**, Rel. Min. BENTO DE FARIA, **impetrado** em favor de “*Maria Prestes*” (Olga Benário Prestes), **com a finalidade** de impedir a **expulsão** da paciente, grávida, para a Alemanha nazista. **Pedido lamentavelmente não conhecido** (1936);
- **RE 12.369**, Rel. Min. LAUDO DE CAMARGO, **julgado** em 1948 (**discussão** em torno da constitucionalidade do cancelamento, **pelo TSE**, do registro do Partido Comunista do Brasil);
- **MS 1.114**, Rel. Min. LAFAYETTE DE ANDRADA, **julgado** em 1949: **caso** da Igreja Católica Apostólica Brasileira, **no qual** se discutiu, **com um convincente voto vencido** da lavra do Ministro Hahnemann Guimarães (**que concedia** o mandado de segurança), **a questão** da liberdade religiosa e, em particular, **o tema** pertinente ao exercício da liberdade de culto em lugares públicos e em templos religiosos;
- **MS 2.264**, Rel. Min. LUIZ GALLOTTI, **impetrado** por João Cabral de Melo Neto (o STF, **ao conceder** a ordem, em julgamento ocorrido em 1954, **acentuou**, em defesa da liberdade de convicção, **que não constitui** ato passível de punição o fato de alguém professar a ideologia comunista).

## **OS DOIS ÚLTIMOS PROCESSOS QUE RUI BARBOSA PATROCINOU PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- RUI BARBOSA – **que faleceu** em 1º/3/1923 (Petrópolis) – **patrocinou**, entre dezembro de 1921 e abril de 1922, os seus **dois últimos** processos perante o Supremo Tribunal Federal, no edifício-sede da Suprema Corte, **localizado** na Avenida Rio Branco (Rio de Janeiro): **RE 1.555**, Rel. Min. EDMUNDO LINS, e **HC 8.399/DF**, Rel. Min. EDMUNDO LINS (caso “*Deleuze*”).

## JULGAMENTO MAIS LONGO NA HISTÓRIA DO SUPREMO TRIBUNAL (IMPÉRIO E REPÚBLICA)

- O julgamento da Ação Penal 470/MG, Relator Ministro Joaquim Barbosa, iniciou-se em 2/8/2012, havendo sido concluído em 17/12/2012\*, após 53 sessões plenárias **inteiramente** dedicadas ao exame do litígio penal.

- Esse processo criminal **compôs-se**, ao longo de 51.313 páginas, de 238 volumes e de 500 apensos, **havendo figurado, como réus**, 38 acusados.

**NOTA (\*)**: O período mencionado **não abrange** a fase subsequente, **que compreendeu** o julgamento dos embargos de declaração e dos embargos infringentes.

Impresso pela Coordenadoria de Serviços Gráficos  
da Secretaria de Administração do  
Conselho da Justiça Federal.